Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores da
Sermed Saúde Ltda.
Sertãozinho SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Sermed Saúde Ltda. ("Operadora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sermed Saúde Ltda. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa 8, não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, da controlada Abud Serviços Radiológicos Ltda. – SCP. Consequentemente, não foi possível formar opinião quanto à adequação do valor do investimento naquela data de R$ 807.232, com base no valor do patrimônio líquido da controlada. Ainda, a Operadora não está divulgando as demonstrações financeiras consolidadas em conjunto ou separadamente às demonstrações individuais, conforme requerido pela NBC TG 36 – Demonstrações Consolidadas. Os efeitos da não apresentação de demonstrações financeiras consolidadas não foram possíveis de mensuração.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Operadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Insuficiência da margem de solvência

Chamamos a atenção para o fato de a Operadora apresentar, em 31 de dezembro de 2021, margem de solvência insuficiente em R$ 1.021.844, conforme notas explicativas 1 e 2, em consequência do prejuízo apurado no exercício de 2021. A administração da Operadora optou pela utilização antecipada do capital baseado em riscos na apuração do capital regulatório e, portanto, o percentual de exigência da margem de solvência até o final de 2022 está fixado em 75% e possui planos de ação com relação a esse assunto.

Nossa opinião não está ressalvada em razão desse assunto.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem ressalva, datado de 5 de março de 2021.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Operadora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Operadora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

(i) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

(ii) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora.

(iii) Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

(iv) Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Operadora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Operadora a não mais se manter em continuidade operacional.

(v) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 4 de março de 2022.

Inoveaud Auditores Independentes
CRC 2SP033908/O-3

Júlio César de Souza Nunes
Contador CRC 1SP186234/O-2

Sermed Saúde Ltda.

Balanços patrimoniais - Ativos
Em 31 de dezembro
Em reais

	Nota	2021	2020
Ativo			
Ativo Circulante		**25.913.733**	**27.417.061**
Disponível		**520.612**	**138.102**
Realizável		**25.393.121**	**27.278.959**
Aplicações Financeiras	**5**	**18.804.999**	**19.833.327**
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		10.645.428	9.864.842
Aplicações Livres		8.159.571	9.968.485
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	**6**	**6.079.442**	**6.603.185**
Contraprestação Pecuniária a Receber		6.075.498	6.156.917
Participação de Beneficiários em Eventos Indenizáveis		3.944	4.667
Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		-	441.601
Créditos de Oper. Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora		49.514	101.368
Créditos Tributários e Previdenciários		58.338	385.417
Bens e Títulos a Receber		395.297	349.979
Despesas Antecipadas		5.531	5.683
Ativo Não Circulante		**24.203.458**	**22.722.553**
Realizável a Longo Prazo		**5.805.454**	**4.637.829**
Ativo fiscal diferido	**7**	1.648.242	1.670.371
Depósitos Judiciais e Fiscais	**13**	4.157.212	2.967.458
Investimentos	**8**	**1.281.031**	**903.121**
Participações Societárias pelo Método de Equivalência Patrimonial		816.312	438.402
Outros Investimentos		464.719	464.719
Imobilizado	**9**	**16.885.704**	**16.928.546**
Imóveis de Uso Próprio		**14.102.638**	**14.196.507**
Hospitalares		8.973.328	8.973.328
Não hospitalares		5.129.310	5.223.179
Imobilizado de Uso Próprio		**2.131.454**	**1.115.834**
Não hospitalares		1.230.497	1.115.834
Imobilizações em Curso		900.957	900.957
Outras Imobilizações		651.612	715.248
Intangível		**231.269**	**253.057**
Total do ativo		**50.117.191**	**50.139.614**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Dr. João Paulo da Cunha
Diretor Financeiro

Dr. Manoel Rubens Porto Filho
Superintendente

Karina Vizin Fernandes
CRC: 1SP183744/O-2

Sermed Saúde Ltda.

Balanços patrimoniais - Passivos
Em 31 de dezembro
Em reais

Passivo	Nota	2021	2020
Passivo Circulante		**18.880.397**	**18.889.792**
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	10	**13.316.247**	**14.023.481**
Provisões de Prêmios/Contraprestação		**1.451.810**	**1.392.322**
Provisão de prêmio/ contraprestação não ganha - PPCNG		1.451.810	1.392.322
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para o SUS		462.043	2.112.321
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar para outros prest. de serviços assist.		8.267.039	8.445.056
Provisão de eventos/ sinistros ocorridos e não avisados - PEONA		3.135.355	2.073.782
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		**105.813**	**43.724**
Comercialização sobre Operações		37.506	41.978
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde		68.307	1.746
Débitos com Op. de Assistência à Saúde Não Rel. com Planos Saúde da Operadora		45.675	63.227
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	11	1.594.554	1.448.128
Empréstimos e Financiamentos a Pagar		306.448	530.271
Débitos Diversos	12	3.511.660	2.780.961
Passivo não circulante		**5.219.196**	**2.392.351**
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	10	**2.380.352**	**-**
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS		2.077.702	-
Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		302.650	-
Provisões		**2.468.187**	**2.392.351**
Provisões para Tributos Diferidos		339.022	354.063
Provisões para Ações Judiciais	13	2.129.165	1.667.631
Débitos Diversos	11	370.657	370.657
Patrimônio líquido		**26.017.598**	**28.857.471**
Capital Social		**1.672.000**	**1.672.000**
Reservas		**4.072.793**	**4.090.970**
Reservas de Reavaliação		4.072.793	4.090.970
(-) Ações em Tesouraria		(22)	(22)
Lucros / Prejuízos Acumulados		20.272.827	23.094.523
Total do Passivo		**50.117.191**	**50.139.614**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Dr. João Paulo da Cunha
Diretor Financeiro

Dr. Manoel Rubens Porto Filho
Superintendente

Karina Vizin Fernandes
CRC: 1SP183744/O-2

Sermed Saúde Ltda.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Nota	2021	2020
Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde		**140.184.031**	**128.466.290**
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		**144.762.115**	**132.936.164**
Contraprestações Líquidas		144.762.115	132.936.164
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde		**(4.578.084)**	**(4.469.874)**
Eventos Indenizáveis Líquidos	16	**(124.432.396)**	**(105.945.835)**
Eventos Conhecidos ou Avisados		(123.370.823)	(105.814.623)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		(1.061.573)	(131.212)
Resultado das Operações com Planos de Assistência à Saúde		**15.751.635**	**22.520.455**
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência a Saúde		**365.816**	**315.281**
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde		**692.041**	**742.798**
Receitas com Operações de Assistência Médico-Hospitalar		692.041	742.798
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		**(2.498.954)**	**(2.415.713)**
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		(1.229.902)	(1.675.315)
Programas de Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças		(834.591)	(741.463)
Provisão para Perdas Sobre Créditos		(434.461)	1.065
Outras Despesas Op. de Assistência à Saúde não Rel. com Plano de Saúde		**(1.041.126)**	**(1.341.397)**
Resultado Bruto		**13.269.412**	**19.821.424**
Despesas de Comercialização		(409.351)	(263.651)
Despesas Administrativas	17	(18.628.439)	(16.398.635)
Resultado Financeiro Líquido	18	**2.243.955**	**1.655.872**
Receitas Financeiras		3.504.911	2.663.761
Despesas Financeiras		(1.260.956)	(1.007.889)
Resultado Patrimonial		**712.152**	**46.641**
Receitas Patrimoniais		712.152	46.641
Despesas Patrimoniais		-	-
Resultado Antes do Impostos e Participações		**(2.812.271)**	**4.861.651**
Imposto de Renda	19	(14.647)	(1.273.555)
Contribuição Social	19	(6.141)	(478.607)
Impostos Diferidos		(22.129)	113.018
Resultado líquido dos exercícios		**(2.855.188)**	**3.222.507**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Dr. João Paulo da Cunha
Diretor Financeiro

Dr. Manoel Rubens Porto Filho
Superintendente

Karina Vizin Fernandes
CRC: 1SP183744/O-2

Sermed Saúde Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	Capital Social	Ações em tesouraria	Reserva de reavaliação	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	**1.672.000**	**(61)**	**4.118.739**	**19.835.478**	**25.626.156**
Venda de cotas em tesouraria	-	39	-	-	39
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(36.538)	36.538	-
Ajuste dos tributos diferidos sobre reavaliação	-	-	8.769	-	8.769
Resultado líquido do exercício	-	-	-	3.222.507	3.222.507
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**1.672.000**	**(22)**	**4.090.970**	**23.094.523**	**28.857.471**
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(33.492)	33.492	-
Realização dos tributos diferidos sobre reavaliação	-	-	15.315	-	15.315
Resultado líquido do exercício	-	-	-	(2.855.188)	(2.855.188)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.672.000**	**(22)**	**4.072.793**	**20.272.827**	**26.017.598**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Dr. João Paulo da Cunha
Diretor Financeiro

Dr. Manoel Rubens Porto Filho
Superintendente

Karina Vizin Fernandes
CRC: 1SP183744/O-2

Sermed Saúde Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa – método direto
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais

	2021	2020
Atividades Operacionais		
Recebimentos de Planos de Saúde	153.851.097	140.652.908
Outros Recebimentos Operacionais	1.330.260	1.350.580
Resgate de Aplicações Financeiras	79.161.381	60.236.760
(-) Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(128.163.298)	(114.987.222)
(-) Pagamentos de Comissão	(402.129)	(217.545)
(-) Pagamentos de Pessoal	(7.730.225)	(6.578.269)
(-) Pagamentos de Tributos	(10.667.042)	(12.519.419)
(-) Pagamentos de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(1.189.754)	(1.074.504)
(-) Pagamentos de Aluguel	(1.050.675)	(890.332)
(-) Pagamentos de Promoção/Publicidade	(379.354)	(398.274)
(-) Aplicações Financeiras	(77.424.396)	(62.589.236)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(6.596.928)	(1.686.361)
Caixa líquido das atividades operacionais	**738.937**	**1.299.086**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
(-) Compra de imobilizado e intangível	(319.036)	(841.110)
(+) Outros Recebimentos das Atividades de Investimento	294.422	-
Caixa líquido das atividades de investimento	**(24.614)**	**(841.110)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
(-) Pagamento de amortização - empréstimos/financiamentos	(331.813)	(331.968)
(-) Outros Pagamentos das Atividades de Financiamento	-	(36.490)
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(331.813)**	**(368.458)**
(=) Aumento das disponibilidades	**382.510**	**89.518**
Demonstração da variação do caixa		
Saldo disponível no fim do exercício	520.612	138.102
Saldo disponível no início do exercício	138.102	48.584
(=) Aumento das disponibilidades	**382.510**	**89.518**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Dr. João Paulo da Cunha
Diretor Financeiro

Dr. Manoel Rubens Porto Filho
Superintendente

Karina Vizin Fernandes
CRC: 1SP183744/O-2

1 Contexto operacional

A Sermed - Saúde Ltda., a uma sociedade civil, com personalidade jurídica de direito privado, sediada em Sertãozinho SP, constituída atualmente por 67 sócios cotistas. A Sociedade tem como objetivo a operação de pianos privados de assistência a saúde individual, familiares e coletivos, através da cobertura de custos de assistência medica, hospitalar e ambulatorial, nos termos da Lei 9.656/1998. Para atendimento dos usuários, os serviços são prestados em unidades próprias e complementados com outras instituições previamente autorizadas.

Desde o ano de 2018, até o segundo trimestre de 2021 a Operadora, veio apurando resultados líquidos positivos, fruto das mudanças operacionais implementadas e de melhorias dos controles gerenciais que permitiu o adequado atendimento das exigências de capital base e de lastro e vinculação dos ativos garantidores, sem que, para tal, fosse necessário o aporte de capital por parte dos Sócios, ou mesmo o resgate de aplicações financeiras livres e/ou vinculadas no período anterior à Pandemia.

O cenário teve, no entanto, uma brusca mudança causada pelos impactos do combate à pandemia da Covid19, à qual exigiu a utilização de recursos de grande monta motivados, principalmente, por longos períodos de internação de seus beneficiários em leitos de alta complexidade e unidades de terapia intensiva, além de abertura de Pronto Atendimento Extra, exclusivo para pacientes COVID-19 abertura de uma Unidade Hospitalar Extra (Hospital de Campanha), para internação dos pacientes.

Este quadro, que começou a deteriorar-se no 3º trimestre de 2021, agravou-se sobremaneira nos 2º e 3º trimestres do ano corrente, onde os "Eventos Indenizáveis Líquidos" consumiram respectivamente, 99,09% e 98,33%, das Contraprestações Líquidas.

É importante ressaltar que tais custos foram integralmente suportados pelos recursos financeiros próprios, fruto do equilíbrio das operações nos períodos anteriores e sem necessidade de obtenção de recursos financeiros no sistema Bancário.

O aumento expressivo dos eventos líquidos demonstra o esforço da operadora para atender às necessidades de saúde de seus beneficiários. Prova deste esforço é que a operadora dispõe de índices de insatisfação bem inferiores à média (mencionado no item II.3 da NTAEF N° 368/2021). Vale ainda lembrar que a origem das inconformidades apresentadas está intrinsecamente relacionada ao segundo pico do Covid-19 em nossa região, que além de nos ter gerado gastos não previstos nos cálculos atuariais, refletiram sobremaneira nas garantias a serem apresentadas.

Este cenário adverso já se reverteu e, os efeitos da vacinação em massa e do controle da Pandemia já se encontram presentes nos resultados preliminares do último trimestre de 2021.

Tendo em vista o cenário de dificuldades, as seguintes providências estão sendo tomadas:

- Assembleia Geral dos Sócios realizada no dia 22/11/2021 para a apresentação de medidas adicionais de contenção de custos visando às soluções das inconformidades. Segue os pontos principais apresentados:
  - ✓ Maior critério na realização de procedimentos de alto custo e de exames autogerados;
  - ✓ Renegociação de valores e modalidades de pagamentos com os principais prestadores de serviços hospitalares;
  - ✓ Instalação de uma equipe de auditoria especializada nos serviços hospitalares visando melhora da eficiência do serviço;
  - ✓ Renegociação de honorários médicos e outros prestadores com medidas para contenção da sinistralidade, sem prejuízo no atendimento aos beneficiários do plano de saúde.

- Análise detalhada do resultado dos principais contratos coletivos: em face do grande volume de atendimentos alguns dos principais contratos coletivos vem apresentando Margem de Contribuição Negativa, com custo de sinistros bastante superiores a contraprestações líquidas. Tal fato, por si só será capaz de reverter em grande medida o índice de sinistralidade apurado, o que foi impossível realizar no auge do combate à Pandemia da COVID19, visto que os tratamentos eram inadiáveis.

2 Ambiente regulatório

2.1 Regulamentação

Por meio da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, foi criada a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), autarquia sob regime especial vinculada ao Ministério da Saúde. A Operadora está subordinada às diretrizes e normas da ANS, a qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis.

A Operadora está sujeita às seguintes principais exigências estabelecidas pelas resoluções normativas RN/ANS nº 451 de 6 de março de 2020, RN/ANS nº 227 de 19 de agosto de 2010, RN/ANS nº 392 e RN/ANS nº 393 ambas de 9 de dezembro de 2015 e alterações vigentes:

a) Capital regulatório

Consideram-se capital regulatório o limite mínimo de Patrimônio Líquido Ajustado que a operadora deve observar, a qualquer tempo, em função das regras de capital regulamentadas pela RN/ANS nº 451/2020. A Operadora apresenta Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em 31 de dezembro de 2021 o montante de R$25.780.798 (R$ 28.598.731 em 2020).

O Capital Base – CB representa o valor mínimo do patrimônio líquido da operadora de saúde, ajustado por efeitos econômicos, calculado a partir da multiplicação do fator "K", emitido pela ANS, pelo capital de referência de R$ 9.726.595 em dezembro de 2021, o qual é anualmente ajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), que deve ser observado pelas operadoras de planos de saúde. O fator "K" vigente em dezembro de 2021 corresponde a 2,13%, de modo que o Capital Base – CB é de R$207.176 (R$ 191.210 em 2020), consequentemente, o Patrimônio Líquido Ajustado da Operadora atende a esse mínimo estabelecido.

b) Margem de solvência

A margem de solvência é a regra de capital que define um montante variável a ser observado em função do volume de contraprestações e eventos indenizáveis aferidos pela operadora conforme regulamentação dada pela RN/ANS nº 451/2020. Os prazos permitidos para adequação da margem de solvência foram redefinidos em 22 de dezembro de 2012 sendo que entre janeiro de 2020 e dezembro de 2022 deve-se manter a proporção cumulativa mínima mensal de 0,615% do valor da margem de solvência e a partir de dezembro de 2022, 100%. No entanto, a Operadora procedeu a adoção antecipada da RN/ANS nº 451/2020 que fixou esse percentual em 75%. Neste caso, a exigência de capital regulatório é o maior valor entre o capital-base, 75% da margem de solvência e o capital baseado em risco que neste momento limita-se ao risco de subscrição, crédito, legal e operacional.

A margem de solvência, sendo esse o maior valor para o Capital Regulatório da Operadora em 31 de dezembro de 2021 em relação ao patrimônio líquido ajustado apresenta-se insuficiente, conforme demonstrado a seguir:

	Valores
Margem de Solvência Total	36.725.473
Percentual de Exigência em 31/12/2021 – RN/ANS nº 451/2020	75%
Margem de Solvência parcial	**27.544.105**
Deduções com gastos do Promoprev	(741.463)
Margem de solvência exigida	**26.802.642**
Patrimônio líquido ajustado	**25.780.798**
Diferença em R$ entre o patrimônio ajustado e a margem de solvência exigida	**(1.021.844)**
Situação do patrimônio ajustado em relação à margem de solvência exigida	**Insuficiente**

3 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades regulamentada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendadas pela ANS. As demonstrações financeiras estão sendo também apresentadas segundo os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela ANS através de Resolução Normativa – sendo a última, RN nº 435 de 23 de novembro de 2018.

A Administração avaliou a capacidade da Operadora em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Operadora em 4 de março de 2022. A Administração da Operadora afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Nos exercícios de 2021 e de 2020, a Operadora não realizou operações para apresentação da demonstração do resultado abrangente. Dessa forma, não está apresentando a demonstração do resultado abrangente para os exercícios de 2021 e de 2020.

3.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Operadora são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Operadora atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Operadora.

3.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas da ANS e as normas emitidas pelo CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às práticas contábeis adotadas pela Operadora e que possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material em 31 de dezembro de 2021 são:

(i) Análise econômica para fins de mensuração da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa dos créditos de operações com planos de assistência à saúde relacionado e não relacionado com o plano de saúde da operadora e dos títulos a receber – notas explicativa 6;
(ii) Análise da vida útil econômica para fins de determinação da depreciação do ativo imobilizado – nota explicativa 9;
(iii) Análise da vida útil econômica para fins de determinação da amortização do ativo intangível;
(iv) Provisão para eventos ocorridos e não avisados – PEONA e Ressarcimento ao SUS – nota explicativa 10; e
(v) Reconhecimento e mensuração de provisões de demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos – nota explicativa 13.

4 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

4.1 Instrumentos financeiros

A Operadora classifica seus ativos e passivos financeiros como instrumentos financeiros básicos, em conformidade com a prática contábil da Operadora e por atender as condições dos pronunciamentos contábeis, portanto, são ativos financeiros básicos da Operadora: i) Disponível; ii) Aplicações financeiras; iii) Créditos de operação com planos de assistência à saúde relacionados e não relacionados com o plano de saúde da operadora; e iv) Bens e títulos a receber.

Os passivos financeiros básicos da Operadora são: i) Provisão de eventos a liquidar; ii) Débitos de operações de assistência à saúde relacionados e não relacionados com o plano de saúde; ii) Débitos diversos; e iii) Empréstimos e financiamentos.

Os ativos financeiros básicos são mensurados pelo valor justo por meio do resultado e custo amortizado. Os passivos financeiros básicos são mensurados pelo custo amortizado. As aplicações financeiras e outros investimentos são mensuradas ao valor justo por meio do resultado.

A Operadora reconhece os ativos e passivos financeiros básicos inicialmente na data em que foram originados, exceto os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Operadora se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Após o reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros básicos são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

A Operadora desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a entidade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Operadora desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos e passivos financeiros básicos são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Operadora tenha o direito legal de compensar os

valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Operadora não possui instrumentos financeiros derivativos.

4.2 Caixa e equivalentes de caixa – disponível e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de disponível (numerário em conta corrente) e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo. As aplicações financeiras são apresentadas no ativo circulante e não circulante e estão classificadas como:

(i) Aplicações garantidoras de provisões técnicas

Nos termos da RN/ANS nº 392/2015 e posteriores alterações. As aplicações vinculadas possuem cláusula restritiva de resgate dependendo de prévia autorização da ANS à instituição financeira e devem ser suficientes para garantir o saldo da: provisão de eventos a liquidar que tenham sido avisados a mais de 60 dias, provisão para eventos ocorridos e não avisados e provisão para remissão. As aplicações não vinculadas têm como objetivo lastrear o saldo da provisão de eventos a liquidar que tenham sido avisados nos últimos 60 dias e que não necessitam de garantias vinculadas.

(ii) Livres

Aplicações nas modalidades CDB / Fundos de investimento de renda fixa e variável resgatáveis no prazo de até 90 dias com risco insignificantes de mudança de seu valor de mercado.

As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Os ganhos ou perdas são registrados no resultado do exercício respeitando a competência, em sua maioria são classificadas na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

4.3 Créditos de operações de assistência à saúde

Representam os valores a receber em razão do reconhecimento pelo regime de competência, dos ingressos originados dos serviços colocados à disposição dos usuários de serviços de saúde e dos contratos na modalidade de custo operacional. A Provisão para Perdas Sobre Créditos – PPSC é registrada para cobertura de eventuais perdas na realização dos créditos a receber constituída com os seguintes critérios:Nos planos individuais com preço pré-estabelecido, em havendo pelo menos uma

parcela vencida do contrato há mais de 60 dias, a totalidade do crédito referente ao contrato deve ser provisionada. Para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada.

4.4 Investimentos

Representados, substancialmente por propriedades arrendadas e participação na empresa Abud Serviços Radiológicos Ltda. e são avaliados pelo custo histórico e por equivalência patrimonial, respectivamente.

4.5 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment)* acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e valores residuais durante a vida útil estimada. As taxas aplicadas anualmente são:

Descrição	Taxa anual de depreciação
Edificações e construções	2,05%
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Equipamentos e acessórios médicos	10%
Computadores e periféricos - hardware	20%
Veículos	20%
Instalações	10%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2,50%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outros ingressos operacionais no resultado.

4.6 Ativo intangível

Ativos intangíveis consistem em softwares de computador reconhecidos pelo custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Eles são amortizados ao longo de sua vida útil estimada, utilizando-se o método linear. Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de amortização, na vida útil ou no valor residual de um ativo intangível, a amortização é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

4.7 ***Impairment*** **de ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Operadora, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado e quando o valor em uso do ativo ou o seu valor de mercado é menor que o valor contábil é registrado a perda por *impairment* entre essa diferença.

4.8 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

São aquelas estabelecidas pela ANS para garantir a liquidez financeira e operacional da operadora de planos de assistência à saúde, conforme demonstrado na nota explicativa 15. Segue um breve descritivo sobre a prática contábil para as provisões técnicas:

a) Provisão de prêmios ou contraprestações não ganhas – PPCNG
Compreendem as parcelas de contribuições não ganhas, relativo ao período de cobertura do risco, nos contratos em pré-pagamento, constituída e revertida mensalmente, no último dia do mês, com relação ao risco decorrido. Os valores registrados na PPCNG não precisam ser lastreados por ativos garantidores.

b) Provisão de eventos a liquidar para o SUS
Referem-se às cobranças do ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecido pelo artigo 32 da Lei nº 9.656/1998, advindas de atendimento médico, hospitalar e ambulatorial pela rede pública de saúde de beneficiários de planos de saúde da Operadora.

c) Provisões para eventos a liquidar

Provisões para fazer frente aos valores a pagar por eventos avisados até a data-base de apuração. A resolução dispõe também que o registro contábil dos eventos a liquidar deverá ser realizado pelo valor integral cobrado pelo prestador ou apresentado pelo beneficiário, no primeiro momento da identificação da despesa médica, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da preliminar das despesas médicas.

d) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA

É calculada conforme nota técnica atuarial aprovada pela ANS para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido registrados contabilmente pela Operadora por falta de avisos.

e) Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados do SUS – PEONA SUS

Refere-se à estimativa do montante de eventos/sinistros originados no Sistema Único de Saúde (SUS) (realizados pelos beneficiários da operadora) que tenham ocorrido e que não tenham sido avisados pela ANS à operadora. A estimativa de provisão observa o fator individual de cada operadora de PEONA SUS com o montante de eventos avisados nos últimos 24 meses, sendo o valor calculado disponível no espaço da operadora no endereço eletrônico da ANS.

4.9 Empréstimos e financiamentos a pagar

Os financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, estão sujeitos a juros e são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

4.10 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Operadora tem uma obrigação legal ou constituída que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. As provisões são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido.

4.11 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Operadora e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Operadora possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço e, no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas (*impairment)* quando necessário.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

4.12 Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

(i) Ativos contingentes

São reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

(ii) Passivos contingentes

São provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

(iii) Obrigações legais

São registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Operadora questionou a inconstitucionalidade de tributos.

4.13 Receita operacional

4.13.1 Reconhecimento dos receita e respectivos custos

Por determinação da ANS, são classificados como "contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde" o resultado líquido das receitas, deduzidas às variações das provisões técnicas, os abatimentos, cancelamentos e restituições, registradas por período de implantação do plano, natureza jurídica da contratação e modalidade de cobertura.

A apropriação das receitas observa o regime de competência de exercícios considerando:

(i) nos contratos com preços preestabelecidos, o período de cobertura contratual; e

(ii) nos contratos com preços pós-estabelecidos, a data em que se fazem presentes os fatos geradores do ingresso.

A apropriação dos respectivos custos (eventos indenizáveis) ocorre quando do recebimento das respectivas contas e através da constituição de provisão.
As demais receitas e despesas observam o regime de competência de exercícios para o seu reconhecimento.

4.13.2 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos. A receita de juros de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem juros incorridos até a data do balanço e descontos concedidos.

4.13.3 Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base no lucro real tributável para a Operadora, as alíquotas estabelecidas nos termos da legislação fiscal vigente. Os tributos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no livro de apuração do lucro real - LALUR e são apresentados no ativo nao circulante conforme natureza e expectativa de realização.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado do exercício.

4.14 Demonstração do fluxo de caixa

A demonstração do fluxo de caixa está apresentada pelo método direto, conforme RN/ANS nº 435/2018, com a reconciliação do Lucro Líquido com o Caixa Líquido obtido das atividades operacionais

de acordo com o pronunciamento técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis número 03 (R2) e CFC NBC TG 03 (R3) conforme nota 22.

5 Aplicações financeiras

Modalidade	2021	2020
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas (i)		
Santander FI Dedicado ao Setor Saúde Suplementar - ANS	3.748.441	3.617.605
Bradesco FI RF dedicado Setor Saúde Suplementar - ANS	1.576.281	1.222.168
Banco do Brasil FI dedicado ao Setor da Saúde Suplementar - ANS	1.829.288	1.765.756
BTG ANS RF FIRF CP	2.947.932	2.744.942
XP ANS FIM CP	543.486	514.371
	10.645.428	**9.864.842**
Aplicações Livres		
Depósitos Bancários a Prazo - CDB/RDB	1.178.798	471.386
Cotas de Fundos de Investimentos - renda fixa privados	6.610.738	8.828.659
Cotas de Fundos de Investimentos - renda variável	260.654	268.440
Título de capitalização	-	400.000
Outros títulos de renda fixa	109.381	-
	8.159.571	**9.968.485**
	18.804.999	**19.833.327**

As taxas de juros são as normais do mercado para as modalidades, considerando o valor e a época das aplicações.

(i) As aplicações garantidoras de provisões técnicas são aplicações financeiras vinculadas em Fundos Dedicados ao Setor de Saúde Suplementar, por meio de convênios entre a ANS e as instituições financeiras cuja movimentação ou desvinculação está sujeita à aprovação prévia da ANS, em conformidade com a RN/ANS nº 392/2015 e posteriores modificações pela RN/ANS nº 419/2016.

6 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

	2021	2020
Contraprestações Pecuniárias a Receber		
Planos individuais familiares	795.075	819.011
Planos coletivos empresariais	7.343.663	7.788.820
(-) Provisão para perda sobre créditos **(i)**	(2.063.240)	(2.450.914)
	6.075.498	**6.156.917**
Participação dos Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizáveis		
Participação dos Beneficiários em Eventos/Sinistros Indenizáveis	15.198	13.658
(-) Provisão para perda sobre créditos **(i)**	(11.254)	(8.991)
	3.944	**4.667**
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		
Outros créditos de operações de assistência à saúde	-	441.601
	-	**441.601**
	6.079.442	**6.603.185**

(i) A Provisão para Perdas Sobre Créditos – PPSC é constituída com os seguintes critérios: Nos planos individuais com preço pré-estabelecido, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 60 dias, a totalidade do crédito referente ao contrato deve ser provisionada. Para todos os demais planos, em havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 (noventa) dias, a totalidade do crédito desse contrato deve ser provisionada. A Administração da Operadora em análise dos créditos vencidos e a vencer não tem expectativa de outras perdas.

7 Ativo fiscal diferido

Referem-se aos efeitos de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias, cuja realização seja provável com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos que podem, portanto, sofrer alterações. As diferenças temporárias dedutíveis nao prescrevem de acordo com a legislação tributaria vigente e decorrem de provisões, calculados a partir das alíquotas oficiais (IRPJ = 15% + adicional de 10% e CSLL = 9%). A Administração da Operadora constituiu provisão de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, demonstrado como segue:

a) Composição do saldo

	2021	2020
IRPJ diferido	1.211.943	1.228.214
CSLL diferida	436.299	442.157
	1.648.242	**1.670.371**

b) Ativo diferido – adições temporárias

	2021	2020
Provisão para contingências	**2.129.439**	**1.569.316**
IRPJ - 25%	532.360	392.329
CSLL - 9%	191.649	141.238
	724.009	**533.567**
Provisão para perdas sobre créditos	**2.718.332**	**3.343.541**
IRPJ - 25%	679.583	835.885
CSLL - 9%	244.650	300.919
	924.233	**1.136.804**
Total dos tributos diferidos	**1.648.242**	**1.670.371**
Ajuste	**(22.129)**	**113.017**

8 Investimentos

a) Composição do saldo

	2021	2020
Participações societárias avaliadas pelo método de valor justo		
Sicredi	9.080	8.402
Abud Serviços Radiológicos Ltda. - SCP **(i)**	807.232	430.000
	816.312	**438.402**
Outros investimentos		
Imóveis destinados à venda	464.719	464.719
	464.719	**464.719**
	1.281.031	**903.121**

(i) No exercício de 2020 a Operadora passou a ser investidora na empresa Abud Serviços Radiológicos Ltda. – SCP com 50% de participação. A Administração optou por não apresentar suas demonstrações financeiras consolidadas, portanto, as demonstrações financeiras não estão sendo apresentadas num único conjunto Controladora e Consolidado. As demonstrações financeiras da investida findas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 não foram examinadas por auditores independentes, cujos valores básicos estão demonstrados a seguir:

- Balanço patrimonial

	2021	2020		2021	2020
Ativo			**Passivo**		
Ativo Circulante			**Passivo Circulante**		
Clientes a receber	85.530	-	Empréstimos e financiamentos	792.231	528.154
Impostos a recuperar	4.044	-	Obrigações tributárias	12.096	37.620
	89.574	**-**		**804.327**	**565.774**
Ativo Não Circulante			**Passivo Não Circulante**		
Realizável a longo prazo			Empréstimos e financiamentos	1.848.540	2.640.771
Partes relacionadas	928.614	656.573		**1.848.540**	**2.640.771**
Imobilizado	3.249.142	3.715.156	**Patrimônio líquido**		
	4.177.756	**4.371.729**	Capital social	1.388.154	860.000
			Lucros acumulados	226.309	305.184
				1.614.463	**1.165.184**
Total do ativo	**4.267.330**	**4.371.729**	**Total do passivo e patrimônio líquido**	**4.267.330**	**4.371.729**

b) Movimentação

	1º/1/2020	Adições	31/12/2020	Adições	Equivalência patrimonial	Distribuição de dividendos	31/12/2021
Participações societárias avaliadas pelo método de valor justo							
Sicredi	8.402	-	8.402	678	-	-	9.080
Abud Serviços Radiológicos Ltda. - SCP	-	430.000	430.000	-	671.654	(294.422)	807.232
	8.402	**430.000**	**438.402**	**678**	**671.654**	**(294.422)**	**816.312**
Outros investimentos							
Propriedades para investimento	464.719	-	464.719	-	-	-	464.719
	464.719	**-**	**464.719**	**-**	**-**	**-**	**464.719**
	473.121	**430.000**	**903.121**	**678**	**671.654**	**(294.422)**	**1.281.031**

9 Imobilizado

a) Composição do saldo

			2021	2020
	Custo + reavaliação	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	3.936.643	-	3.936.643	3.936.643
Edificações e construções	12.517.616	(1.994.540)	10.523.076	10.616.946
Móveis e utensílios	1.767.373	(1.440.801)	326.572	390.088
Máquinas e equipamentos	112.000	(49.110)	62.890	1.938
Equipamentos e acessórios médicos	760.451	(555.184)	205.267	249.662
Computadores e periféricos - hardware	1.716.354	(1.483.794)	232.560	57.437
Veículos	110.488	(64.364)	46.124	59.624
Instalações	766.847		766.847	766.847
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.606.983	(955.368)	651.615	715.251
Imobilizações em andamento	134.110	-	134.110	134.110
	23.428.865	**(6.543.161)**	**16.885.704**	**16.928.546**

b) Movimentação do custo

	1º/1/2020	Adições	Baixas	31/12/2020	Adição	31/12/2021
Terrenos	3.936.643	-	-	3.936.643	-	3.936.643
Edificações e construções	12.517.616	-	-	12.517.616	-	12.517.616
Móveis e utensílios	1.701.464	50.665	-	1.752.129	15.244	1.767.373
Máquinas e equipamentos	50.372	-	-	50.372	61.628	112.000
Equipamentos e acessórios médicos	624.452	135.999	-	760.451	-	760.451
Computadores e periféricos - hardware	1.453.152	-	-	1.453.152	263.202	1.716.354
Veículos	97.744	67.500	(54.756)	110.488	-	110.488
Instalações	736.400	30.447	-	766.847	-	766.847
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.121.136	485.847	-	1.606.983	-	1.606.983
Imobilizações em andamento	134.110	-	-	134.110	-	134.110
	22.373.089	**770.458**	**(54.756)**	**23.088.791**	**340.074**	**23.428.865**

c) Movimentação da depreciação acumulada

	1º/1/2020	Adições	Baixas	31/12/2020	Adição	31/12/2021
Edificações e construções	(1.644.059)	(256.611)	-	(1.900.670)	(93.870)	(1.994.540)
Móveis e utensílios	(1.278.172)	(83.869)	-	(1.362.041)	(78.760)	(1.440.801)
Máquinas e equipamentos	(47.758)	(676)	-	(48.434)	(676)	(49.110)
Equipamentos e acessórios médicos	(470.843)	(39.946)	-	(510.789)	(44.395)	(555.184)
Computadores e periféricos - hardware	(1.345.498)	(50.217)	-	(1.395.715)	(88.079)	(1.483.794)
Veículos	(67.629)	(12.438)	29.203	(50.864)	(13.500)	(64.364)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(839.137)	(52.595)	-	(891.732)	(63.636)	(955.368)
	(5.693.096)	**(496.352)**	**29.203**	**(6.160.245)**	**(382.916)**	**(6.543.161)**

A Administração da Operadora realizou a análise da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado e a definição dos valores residuais finais. Portanto, no exercício de 2021, o cálculo da depreciação já contempla essas análises (valor depreciável), bem como, a análise quanto à recuperabilidade dos bens do ativo imobilizado.

10 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

	2021			2020
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante
Provisão para prêmio/ contraprestação não ganha - PPCNG				
Planos individuais/ familiares	1.451.810	-	1.451.810	1.392.322
	1.451.810	**-**	**1.451.810**	**1.392.322**
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS				
Ressarcimento ao SUS – GRU **(i)**	236.211	2.077.702	2.313.913	1.685.252
Parcelamento	-	-	-	45.338
Percentual histórico x ABI	225.832	-	225.832	381.731
	462.043	**2.077.702**	**2.539.745**	**2.112.321**
Provisão de eventos a liquidar				
Médicos	3.036.452	-	3.036.452	3.112.249
Exames e Terapias	2.028.890	-	2.028.890	2.225.855
Rede Conveniada **(i)**	3.201.697	302.650	3.504.347	3.106.952
	8.267.039	**302.650**	**8.569.689**	**8.445.056**
Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA				
PEONA	2.978.930	-	2.978.930	2.073.782
PEONA – SUS	156.425	-	156.425	-
	3.135.355	**-**	**3.135.355**	**2.073.782**
	13.316.247	**2.380.352**	**15.696.599**	**14.023.481**

(i) Há valores depositados em juízo referentes aos eventos a liquidar para o SUS e para outros prestadores de serviço nos montantes de R$ 2.039.159 e de R$302.650, respectivamente, conforme nota explicativa 13.

A forma de constituição e manutenção das provisões técnicas estão descritas na nota 4.8. As mencionadas Provisões Técnicas estão garantidas por aplicações do segmento de renda detalhadas na nota 5, atendendo aos critérios estabelecidos pela RN/ANS nº 392/2015 e posteriores modificações pela RN/ANS nº 419/2016, representadas por Certificados de Depósitos Bancários-CDB e quotas de Fundo de Investimentos dedicados ao Setor de Saúde Suplementar, conforme demonstrado a seguir:

	Valores
Ativos garantidores	
Aplicações financeiras garantidoras	10.645.428
Depósitos judiciais – eventos SUS	2.341.809
Imóvel assistencial vinculado à ANS	2.355.835
	15.343.072
Provisões técnicas	
PEONA	3.135.355
Eventos a liquidar avisados há mais de 60 dias	2.964.440
Necessidade de vínculo	**6.099.795**
Necessidade de lastro	**14.244.789**

11 Tributos e encargos sociais a recolher

	2021	2020
Imposto sobre serviços - ISS	399.633	378.455
Contribuições previdenciárias	277.108	246.508
FGTS a recolher	89.444	78.879
COFINS e PIS/ PASEP	163.672	62.711
Contribuições a sindicatos a recolher	1.586	2.078
IRRF	205.214	195.091
PIS / COFINS / CSLL	457.897	484.406
	1.594.554	**1.448.128**

12 Débitos diversos

	2021			2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Salários a pagar	441.481	-	441.481	423.588	-	423.588
Honorários a pagar	4.512	-	4.512	4.512	-	4.512
Férias e encargos	1.123.582	-	1.123.582	980.747	-	980.747
Fornecedores	1.909.948	-	1.909.948	1.335.081	-	1.335.081
Depósitos de beneficiários	1.357	370.657	372.014	-	370.657	370.657
Aluguéis a pagar	30.780	-	30.780	37.033	-	37.033
	3.511.660	**370.657**	**3.882.317**	**2.780.961**	**370.657**	**3.151.618**

13 Provisões para ações judiciais

	2021		2020	
Natureza	**Provisão para ações judiciais**	**Depósitos judiciais**	**Provisão para ações judiciais**	**Depósitos judiciais**
Fiscais e tributários **(i)**	516.105	516.106	516.105	516.105
Taxa de saúde suplementar e multas ANS **(ii)**	668.127	821.194	597.626	751.479
Cíveis **(iii)**	103.538	103.812	381.568	103.812
Trabalhista **(iii)**	374.291	374.291	74.017	354.173
Ressarcimento SUS **(iv)**	467.104	2.039.159	98.315	1.241.889
Eventos / sinistros **(iv)**	-	302.650	-	-
	2.129.165	**4.157.212**	**1.667.631**	**2.967.458**

(i) A Operadora discute administrativamente a incidência tributaria do PIS sobre suas operações relativamente ao período de fevereiro de 1996 a junho de 1999. O valor está totalmente coberto por depósitos judiciais classificados no ativo nao circulante, sendo que a expectativa da Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a de que o processo seja arquivado, uma vez que os depósitos já foram transferidos para a União pelo Banco do Brasil, ainda em 2009. No momento, a administração aguarda o despacho final das autoridades competentes.

(ii) Refere-se a Taxa de Saúde Suplementar cuja exigibilidade está sendo questionada pelos assessores jurídicos da Operadora. Até o encerramento do processo a taxa está sendo recolhida em juízo.

(iii) A provisão a para fazer face a ações trabalhistas e com conveniados, que estão sendo discutidas na esfera judicial, sendo essas ações totalmente cobertas por depósito judicial, classificado no ativo nao circulante. A expectativa da administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a que as estimativas provisionadas são suficientes para fazer face a eventuais perdas no desfecho dos processos.

(iv) Correspondente a eventos/sinistros a liquidar para o SUS e para outros prestadores de serviços que foram parcialmente depositados em juízo. Os valores provisionados relacionados a esses depósitos judiciais estão demonstrados na nota explicativa 10.

A Operadora, no desenvolvimento normal de suas operações, está sujeita a certos riscos, representados por eventuais processos tributários, reclamações trabalhistas e cíveis. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é considerado suficiente pela Administração e assessoria jurídica da Operadora para fazer face a eventuais perdas que possam advir no futuro.

De acordo com as legislações vigentes, as operações da Operadora estão sujeitas a revisões pelas autoridades fiscais em períodos prescricionais diferentes para os diversos impostos e contribuições federais, estaduais e municipais.

14 Passivos contingentes

Estão sendo discutidas ações indenizatórias, cíveis e trabalhistas cuja opinião dos consultores jurídicos quanto a probabilidade de perda para 31 de dezembro de 2021 a que o desfecho desses processos pelo andamento atual classifica-se como possível ou remota, mas nao provável, conforme demonstrado abaixo:

		2021
Classificação	**Qt. de ações**	**Valores**
Indenizatória	8	1.300.880
Cível	4	361.252
Trabalhista	1	45.000
	13	**1.707.132**

A Operadora possui seguro de responsabilidade civil cuja cobertura a de R$ 1.000.000 ao ano. Dessa forma, os processos acima relacionados encontram-se cobertos no limite desse valor exposto referentes as somatórias das condenações sofridas ao longo de um ano.

Tais ações, devido à natureza e histórico são passíveis de acordos de menor valor. Sobre estas demandas não foi constituída provisão.

15 Patrimônio líquido

a) Capital social

Composto por 1.672.000 cotas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 no valor nominal de R$ 1,00 cada, totalmente integralizadas pelos montantes de R$ 1.672.000.

b) Reserva de reavaliação

Constituída em anos anteriores, representada pela mais valia do ativo imobilizado de use da Operadora.

c) Lucos / Prejuízos acumulados

São distribuídos e/ ou destinados conforme a deliberação dos sócios e Contrato Social.

16 Eventos indenizáveis líquidos

	2021	2020
Eventos/sinistros conhecidos ou avisados		
Consulta médica	(25.319.886)	(26.317.626)
Exames	(23.572.390)	(20.251.161)
Terapias	(5.418.730)	(5.134.481)
Internações	(43.850.123)	(34.004.336)
Outros atendimentos ambulatoriais	(24.717.307)	(19.545.490)
Demais despesas médicas hospitalares	(492.497)	(561.664)
Procedimentos odontológicos	110	135
	(123.370.823)	**(105.814.623)**
Variação da provisão de eventos ocorridos e não avisados		
PEONA	(905.148)	(131.212)
PEONA SUS	(156.425)	-
	(1.061.573)	**(131.212)**
	(124.432.396)	**(105.945.835)**

17 Despesas administrativas

	2021	2020
Pessoal próprio	(8.061.204)	(6.849.555)
Serviços de terceiros	(3.769.483)	(3.266.868)
Localização e funcionamento	(4.844.208)	(4.925.596)
Publicidade e propaganda institucional	(390.111)	(415.967)
Tributos	(347.682)	(259.666)
Diversas	(1.215.751)	(680.983)
	(18.628.439)	**(16.398.635)**

18 Resultado financeiro líquido

	2021	2020
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	1.843.020	1.306.599
Rendimento de aplicação financeira	853.009	558.928
Despesas recuperadas	420.314	377.645
Receita por recebimento em atraso	381.089	420.589
Atualizações monetárias	7.479	-
	3.504.911	**2.663.761**
Despesas financeiras		
Despesas financeiras com ressarcimento ao SUS	(236.594)	(163.848)
Despesas bancárias	(452.794)	(247.836)
Descontos concedidos	(249.941)	(193.796)
Multas e juros moratórios	(115.637)	(8.101)
Perdas com aplicação de rendimento variável	(96.225)	(337.223)
IOF	(1.774)	(998)
Juros de empréstimos e financiamentos	(107.991)	(56.087)
	(1.260.956)	**(1.007.889)**
Resultado financeiro líquido	**2.243.955**	**1.655.872**

19 Imposto de renda e contribuição social

	2021	2020
Resultado antes da tributação	**(2.812.271)**	**4.861.651**
Adições e exclusões líquidas	1.528.690	456.198
Prejuízo apurado nos trimestres **(i)**	1.351.814	-
Base de cálculo - Imposto de renda	**68.233**	**5.317.849**
Imposto de renda - 15%	(10.235)	(797.677)
Adicional de Imposto de Renda - 10%	(4.823)	(507.785)
(-) Deduções do IRPJ	411	31.907
Imposto de renda	**(14.647)**	**(1.273.555)**
Contribuição social sobre o lucro - 9%	**(6.141)**	**(478.607)**
	(20.788)	**(1.752.162)**

(i) A apuração do IRPJ e da CSLL é trimestral. A Operadora apurou lucro real tributável apenas no primeiro trimestre de 2021, sendo adicionado à base anual o prejuízo fiscal apurado nos demais trimestres do exercício.

20 Transações com partes relacionadas

Nos exercícios de 2021 e de 2020 as transações com socio majoritário em atendimento aos usuários de serviços de saúde, apresentam os seguintes valores:

	2021	2020
Passivo		
Provisão de eventos a liquidar - outros prestadores **(i)**	**2.245.123**	**2.487.024**
Resultado		
Eventos conhecidos ou avisados **(ii)**	**29.218.318**	**26.256.272**

(i) Saldo a pagar em período subsequente.

(ii) Despesas assistenciais dos exercícios.

21 Instrumentos financeiros e Gerenciamento de Risco

21.1 Análise dos instrumentos financeiros

A Operadora participa de operações envolvendo ativos e passivos financeiros com o objetivo de gerir os recursos financeiros disponíveis gerados pelas operações. Os riscos associados a esses instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando à liquidez, à rentabilidade e à segurança. A

avaliação de tais ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado é feita por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis, tais como aplicações financeiras, contas a receber e a pagar e outros, referentes aos instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, quando comparados com os seus valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, representam efetivamente o valor justo.

A Operadora não possuía contratos com operações financeiras relacionados a instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2021 e 2020.

21.2 Gerenciamento de Riscos

(i) Gestão de riscos financeiros

Fatores de risco financeiro

As atividades da Operadora a expõem a alguns riscos financeiros, quais são: de crédito e de liquidez. A gestão de risco financeiro busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Operadora.

A gestão de risco é realizada pela diretoria executiva e financeira que identifica, avalia e protege a Operadora contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de riscos financeiros bem como para áreas específicas como risco de crédito, uso de instrumentos financeiros e investimentos de excedentes de caixa.

Risco de crédito

Medida de incerteza relacionada à probabilidade da contraparte de uma operação, ou de um emissor de dívida, não honrar, total ou parcialmente, seus compromissos financeiros, ou de ter alterada sua classificação de risco de crédito.

O risco de crédito da Operadora decorre de contas a receber em aberto de clientes de plano de assistência à saúde. O departamento financeiro avalia a qualidade do crédito de seus clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é:

Descrição	Nota	2021	2020
Disponível		520.612	138.102
Aplicações financeiras	5	18.804.999	19.833.327
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	6.079.442	6.603.185
Créditos de oper. de assist. à saúde não relac. Com planos de saúde		49.514	101.368
Bens e títulos a receber		395.297	349.979
		25.849.864	**27.025.961**

Créditos a receber e outros recebíveis

A política de gerenciamento do risco de crédito sobre o contas a receber está em linha com a resolução normativa da ANS, que estabelece que deve ser constituída provisão para perda decorrente da existência de inadimplência. As operadoras de planos de assistência à saúde devem constituir a Provisão para Perdas Sobre Créditos – PPSC de acordo com os critérios estabelecidos nessa RN detalhado na nota 4.3.

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Operadora para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, bem como exigências de garantias determinadas pela ANS. Em 2021 e em 2020 a Operadora apresenta capital circulante líquido de R$7.033.336 e de R$8.527.269, respectivamente.

A Operadora, quando disponível, investe o excesso de caixa gerado em depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez e margem suficientes.

Disponível

Basicamente representado por valores em conta corrente. O excedente de caixa é imediatamente investido em aplicações de liquidez imediata.

Aplicações financeiras

A Operadora possui aplicações financeiras com classificação de risco baixa. A Administração classifica os investimentos de liquidez imediata e de baixo risco, exceto as aplicações garantidoras da ANS e os fundos imobiliários.

Para avaliação do risco de liquidez a Operadora se pauta das análises aplicadas para atendimento a Resolução Normativa da ANS relacionadas aos:

(ii) Gestão de capital

Os objetivos da Operadora ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Operadora para oferecer retorno aos sócios e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Em 31 de dezembro de 2021, a Operadora possui, aproximadamente, 39% (40% em 2020) do seu ativo total registrado como disponível e aplicações financeiras (Títulos e valores mobiliários). A Operadora também investe seu capital de forma substancial no ativo imobilizado, aproximadamente 34% (34% em 2020), trazendo assim maior conforto e comodidade aos seus beneficiários e sócios.

(iii) Risco de Subscrição

Medida de incerteza relacionada a uma situação econômica adversa que contraria as expectativas da operadora no momento da elaboração de sua política de subscrição quanto às incertezas existentes na estimação das provisões técnicas e relativas à precificação.

(iv) Risco de Mercado

Medida de incerteza relacionada à exposição a perdas decorrentes da volatilidade dos preços de ativos, tais como cotações de ações, taxas de juros, taxas cambiais, preços de commodities e preços de imóveis.

(v) Risco Legal

Medida de incerteza relacionada aos retornos de uma operadora por falta de um completo embasamento legal de suas operações; é o risco de não-cumprimento de leis, regras, regulamentações, acordos, práticas vigentes ou padrões éticos aplicáveis, considerando, inclusive, o risco de que a natureza do produto/serviço prestado possa tornar a operadora particularmente vulnerável a litígios.

(vi) Risco Operacional

Medida de incerteza que compreende os demais riscos enfrentados pela operadora relacionados aos procedimentos internos, tais como risco de perda resultante de inadequações ou falhas em processos internos, pessoas e sistemas.

22 Reconciliação entre os métodos direto e indireto dos fluxos de caixa das atividades operacionais

	2021	2020
Resultado antes dos impostos	(2.812.271)	4.861.651
Ajustes:		
Depreciação e amortizações	469.123	573.485
Residual de baixas do imobilizado	-	25.553
Equivalência patrimonial	(671.654)	-
Provisão para perdas sobre créditos	434.461	(63.188)
Constituição / Reversão de provisões para ações judiciais	461.534	403.319
Tributos diferidos	22.129	(113.018)
Variação das provisões técnicas de operações de assistência à saúde	1.121.061	108.721
	(975.617)	**5.796.523**
(Aumento) redução nos ativos:		
Aplicação financeira garantidoras de provisões técnicas	(780.586)	(130.297)
Aplicação financeira livre	1.808.914	(2.409.374)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	89.282	428.476
Créditos de oper. de assist. à saúde não rel. com planos de saúde da	51.854	59.403
Créditos tributários e previdenciários	327.079	(385.417)
Bens e títulos a receber e despesas antecipadas	(45.166)	(22.761)
Depósitos judiciais	(1.189.754)	(1.074.505)
	261.623	**(3.534.475)**
Aumento (redução) de passivo		
Provisão de eventos/ sinistros a liquidar	552.057	815.923
Débitos de Operações de Assistência à Saúde	62.089	-
Débitos de oper. de assist. à saúde relac. e não relac. com planos de saúde	(17.552)	25.847
Tributos e encargos sociais a recolher	146.426	43.725
Débitos diversos	730.699	(209.313)
	1.473.719	**676.182**
Caixa gerado nas atividades operacionais	**759.725**	**2.938.230**
Imposto de renda e contribuição social pagos	**(20.788)**	**(1.639.144)**
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais - método indireto	**738.937**	**1.299.086**
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais - método direto	**738.937**	**1.299.086**

23 Cobertura de seguros

A Administração da Operadora adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

***

PORRA MILLIMAN PARECER ATUARIAL Nº 048/2022

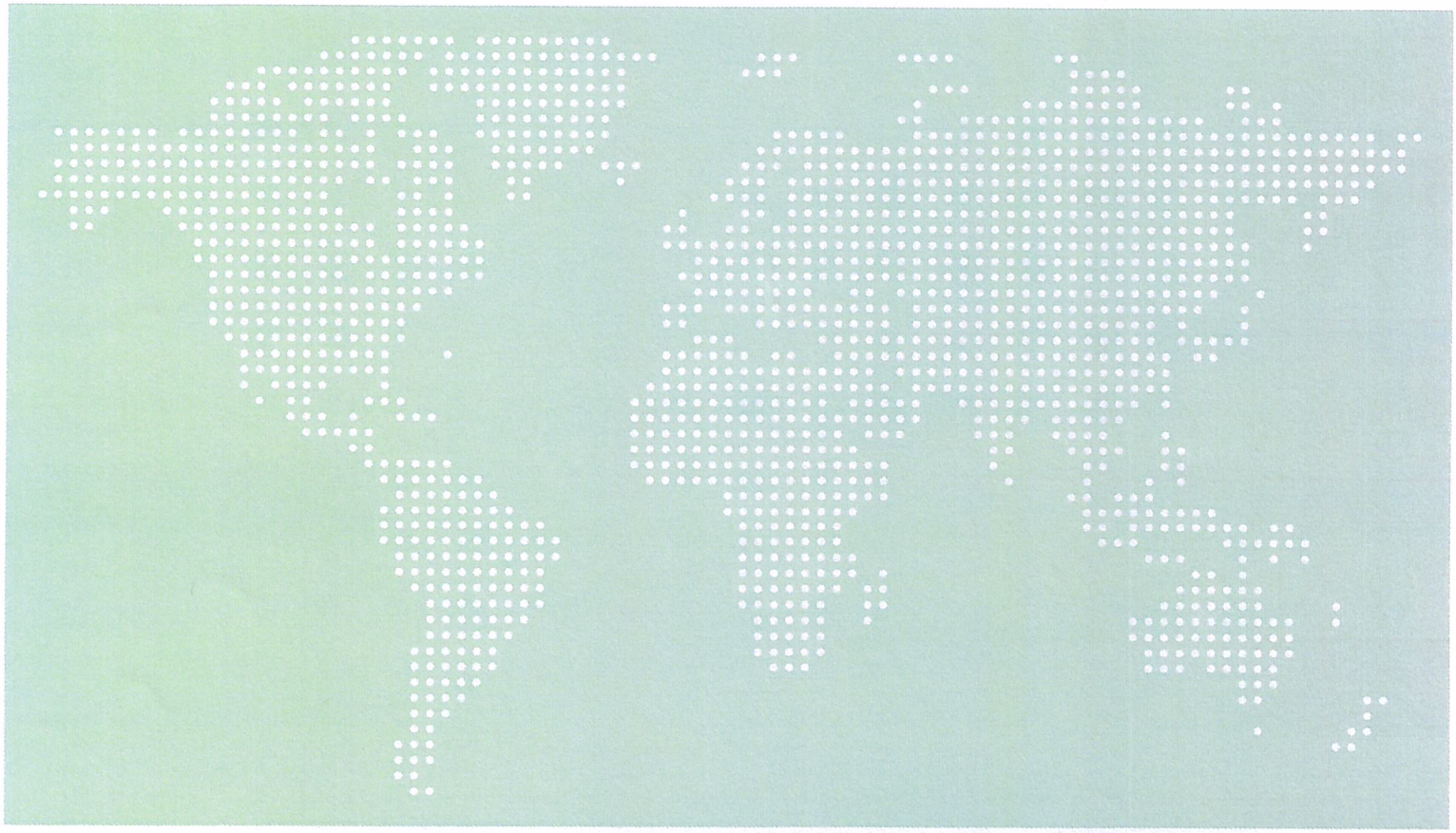
Provisões Técnicas Atuariais Exercício do Ano de 2021

SERMED-SAÚDE LTDA.

14 de março de 2022

Autor:
Larissa Martins
Thalita Furno, B.sc, MIBA

Revisor:
Andréa Cardoso, MBA, MIBA



Milliman

1. Objetivo

O objetivo deste parecer é apresentar o resultado da verificação das demonstrações financeiras da Operadora de Planos de Saúde – OPS SERMED-SAÚDE LTDA., CNPJ 64.924.095/0001-12 e Registro na ANS nº 30.373-9, compreendendo em: Balanço Patrimonial do Exercício de 2021, quanto à adequação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados – PEONA, única provisão técnica calculada com metodologia atuarial da Operadora.

Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre estas demonstrações contábeis e testar sua veracidade, no que tange os valores das provisões técnicas atuariais contido no mesmo, para o que conduzimos nossos exames de acordo com as Normas Técnicas Atuariais aplicáveis à Empresa, assim definidas pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e Agência Nacional e Saúde Suplementar (ANS), compreendendo análise do cumprimento da correta apuração e constituição do montante da Provisão Técnica em cumprimento a Resolução Normativa Nº393, de 9 de dezembro de 2015 e suas alterações, de acordo com à constituição das provisões técnicas conforme Nota Técnica Atuarial de Provisões – NTAP.

2. Resultado

Atestamos a conformidade do montante de R$ 2.978.930,35 constituído em 31/12/2021 à título da PEONA, sendo a provisão contabilizada pelo valor calculado arredondado, conforme metodologia da respectiva NTAP vigente da Operadora e respeitando os critérios contábeis estabelecidos no plano de contas das Operadoras de Saúde. Desta forma, ratificamos que a PEONA constituída em 31/12/2021 é suficiente para honrar os compromissos da Operadora, de acordo com as normas da ANS.

Não existem outras provisões técnicas apuradas conforme metodologia de respectiva NTAP.

Por fim, em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, o valor adequado para Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA da SERMED-SAÚDE LTDA, em 31 de dezembro de 2021, não cabendo qualquer ressalva neste parecer.

3. Qualificações

3.1. Limitações

A Milliman preparou o presente parecer atuarial para uso interno da Operadora SERMED-SAÚDE LTDA, em atendimento das exigências da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e publicação junto com as Demonstrações Financeiras, quando couber. O conteúdo deste parecer não deve ser fornecido a qualquer outra parte sem a prévia consulta à Milliman e autorização por escrito. Este projeto está sujeito aos termos e condições do contrato de prestação de serviços atuariais e seu aditivo, firmados entre a Operadora SERMED - SAÚDE LTDA e a Milliman em 01/02/2008 e 01/02/2016, e do acordo da renovação contratual vigente.

3.2. Incerteza das Estimativas

Fundamentamos as estimativas e os resultados finais em procedimentos atuariais, geralmente aceitos, em nosso conhecimento do mercado brasileiro e em julgamentos razoáveis. Devido à incerteza associada à natureza de projeções e às conjecturas de hipóteses utilizadas nos cálculos, os resultados reais podem variar em relação às projeções desenvolvidas.

3.3. Confiabilidade dos Dados

Ao efetuar as análises apresentadas neste parecer dependemos das informações fornecidas pela Operadora. Nossa checagem dos dados não contempla itens de uma auditoria completa. Tal revisão está além do escopo do presente parecer. Se os dados e informações fornecidos forem imprecisos ou incompletos, os resultados de nossas análises e cálculos podem da mesma forma ser imprecisos ou incompletos.

Andréa Cardoso
Milliman
Atuária
MIBA nº 999